COMISSÃO E CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Jônatas Eduardo B. M. TEIXEIRA¹
Sérgio Tibiriçá AMARAL²

RESUMO: almejando esclarecer as atuações e os valores da Corte e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, foram feitas algumas pesquisas e explanações sobre o tema. Destacando a organização, competência, funções, e modelo processual destes órgãos, descobriu-se uma efetiva proteção aos direitos humanos no Continente Americano.

PALAVRAS-CHAVE: Comissão Interamericana. Organização dos Estados Americanos. OEA. Corte Americana. Proteção de direitos. Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

Inicialmente foi feito um histórico com intuito de demonstrar que a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos são órgãos frutos de um processo de internacionalização de direitos. Posteriormente abordou-se o funcionamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Foi analisada sua origem, organização, composição, bem como suas funções e importância. Não foi esquecida também de tratar sua competência e a tramitação do processo perante a Comissão.

Não deixamos de versar também sobre o valor da Corte Interamericana para a proteção dos direitos humanos. Quanto a sua organização, foram feitas algumas considerações sobre sua composição, elegibilidade dos juízes, reuniões, e processos que o Brasil foi acionado. Também foi tratado sobre suas funções, competência contenciosa e consultiva, idiomas, e aplicação de sentenças. O trabalho apresentado foi feito objetivando explicar as informações básicas que todo cidadão deveria saber sobre esses

¹ Discente do 5º termo do curso de Direito das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. Membro do Grupo de Estudo Estado e Sociedade. Autor na Argentina dos artigos: Liberdade Religiosa; e A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência visual. E-mail: jonatas_teixeira@unitoledo.br.

² Especialista em Interesse Difusos e Coletivos pela Escola Superior do Ministério Público, Mestre em Direito das Relações Sociais pela Unimar, Mestre em Sistema Constitucional de Garantias pela ITE -Bauru e doutorando pela mesma instituição. Docente Titular das disciplinas das disciplinas de Teoria do Estado e Direito Internacional Público e Coordenador do curso de Direito das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. Coordenador do Grupo de Pesquisa da Toledo Presidente Prudente “Estado e Sociedade”. E-mail: sergio@unitoledo.br. Orientador do trabalho.

excelentes órgãos protetores de nossos direitos, contribuindo assim, para um maior afloramento da cidadania.

2. HISTÓRICO

A internacionalização dos direitos humanos a qual Norberto Bobbio em sua obra “A era dos direitos” chama de terceira geração tem início com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Organização das Nações Unidas. Este início de movimento a favor dos direitos humanos universais foi uma resposta às desumanidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, Flávia Piovesan elucida que:

“A partir da Declaração de 1948, começa a desenvolver-se o Direito Internacional dos Direitos Humanos, mediante a adoção de inúmeros instrumentos internacionais de proteção. A Declaração de 1948 confere lastro axiológico e unidade valorativa a esse campo do Direito, com ênfase na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos.”³

Com o mesmo pensamento Valério de Oliveira Mazzuoli assenta está época do Pós-Segunda Guerra como um marco divisor do processo de internacionalização dos direitos humanos. “Antes disso, a proteção aos direitos do homem estava, mais ou menos, restrita a apenas algumas legislações internas, como a inglesa de 1684, a americana de 1778 e a francesa de 1789.”⁴

Em nível internacional o percurso dessa linha de pensamento foi Norberto Bobbio, na obra “a era dos direitos”, que fala sobre o nascimento de uma terceira geração de direitos, que marcam o progresso moral da humanidade. Paralelamente ao sistema normativo global de proteção aos direitos humanos, surgem outros sistemas normativos regionais de proteção, com destaque para Europa, África e América, que se justificam devido as peculiaridades existentes na América, por exemplo. A presença dos índios, povos que habitavam a América Pré-Colombiana já justificariam os sistemas regionais. Em nível regional das Américas, o primeiro passo foi dado no final dos anos 60 com a criação de um sistema regional, que se mostrava

³ Piovesan, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0435124.pdf>. Acesso em: 03 de Março de 2010

⁴ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Direitos humanos & cidadania: à luz do novo direito internacional. Campinas: Minelli, 2002, p. 48.

necessário devido às peculiaridades, como as discussões das várias tribos indígenas, negros quilombolas e outros problemas desconhecidos do sistema global.

Recentemente, vários líderes reuniram-se na Cúpula América Latina e Caribe, em Cancún, no México. Depois de dois dias de debates, confirmaram no dia 23 de fevereiro de 2010, a criação um organismo representativo para as Américas sem a participação dos Estados Unidos e do Canadá. A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, cuja nomenclatura não é definitiva, terá como princípio o "respeito ao direito internacional, à igualdade soberana dos Estados e ao não uso ou ameaça do uso da força", entre outros pontos, explicou o presidente mexicano.⁵ O novo órgão deve integrar os 33 países da região e velará "pelo respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente, pela cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, a unidade e a integração, a paz e a segurança regional", disse o presidente do México, Felipe Calderón, anfitrião do evento.⁶

No ano de 1969 na cidade de San José da Costa Rica, foi subscrito na Conferência Especializada Interamericana de Direitos Humanos o Pacto de São José da Costa Rica, também conhecido como Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Este tratado internacional, que entrou vigência a partir de 18 de julho de 1978 e foi ratificado pelo Brasil em 25 de setembro de 1992, sendo um dos principais documentos de proteção dos direitos humanos na América Latina. Esta Convenção protege grandes direitos civis e políticos, como direito a vida, liberdade, integridade pessoal, liberdade religiosa, proteção da família, do nome, entre outros. Conforme Valério de Oliveira Mazzuoli (2009, p.7) "ela é o grande codex dos direitos civis e políticos no Continente Americano e o tratado de direitos humanos mais utilizados – academicamente e no foro – nos países interamericanos, principalmente os latinos".

⁵ Ver: Líderes da América Latina e Caribe criam novo órgão de cooperação. Disponível em: <http://www.band.com.br/jornalismo/mundo/conteúdo.asp?ID=268424>. Acessado em: 25 de fevereiro de 2010.

⁶ Ver mais em: Fernandes, Daniella. Cúpula latino-americana aprova criação de nova organização sem EUA e Canadá. Disponível em: http://www.operamundi.com.br/noticias_ver.php?idConteudo=2956. Acessado em: 25 de fevereiro de 2010.

Dos 35 Estados-membros da Organização dos Estados Americanos⁷, somente 25 ratificaram Convenção Americana, que entrou em vigor em 1978. Ressalta-se, entretanto, que em 5 de julho de 2009, a Organização dos Estados Americanos (OEA) invocou o Artigo 21 da Carta Democrática Interamericana, suspendendo por decisão unânime o direito de participação ativa a Honduras no organismo hemisférico em decorrência do golpe de Estado de 28 de junho que expulsou do poder o Presidente José Manuel Zelaya. Importante dizer também que em 3 de junho de 2009, os Ministros de Relações Exteriores das Américas adaptaram a Resolução AG/RES.2438 (XXXIX-O/09), que determina que a Resolução de 1962, a qual excluiu o Governo de Cuba de sua participação no sistema interamericano, interrompe seu efeito na OEA. A nova resolução comunica que a inclusão de Cuba na OEA será consequência de um processo de diálogo iniciado na solicitação do Governo de Cuba, e de acordo com as práticas, propósitos e princípios da OEA.⁸

Os 25 Estados-Membros que ratificaram a Convenção Americana são: Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, El Salvador, Equador, Grenada, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Não a ratificaram, portanto, Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Canadá, Cuba, Estados Unidos da América do Norte, Guiana, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, St. Kitts e Nevis. O Estado de Trinidad e Tobago denunciou a Convenção em 26 de maio 1998, tendo efeito a partir 25 maio 1999, nos termos do art.78 da Convenção, conservando, entretanto, obrigação perante a Convenção no que diz respeito às violações da mesma cometidas pelo Estado anteriormente a data na qual a denuncia produziu efeito. Entre os Estados que não ratificaram a Convenção destacam-se Estados Unidos e Canadá devido à representatividade desses países na política e economia mundial.

⁷ A OEA conta com 35 Estados-membros. São eles: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América do Norte, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, St. Kitts e Nevis, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

⁸ http://www.oas.org/pt/estados_membros/default.asp. Acessado em 10 de Abril de 2010.

Desde 1992, o Brasil compõe da Convenção, tendo a própria sido promulgada entre nós pelo decreto 678, de 6 de novembro do mesmo ano. O Estado brasileiro reconheceu a competência contenciosa da Corte Interamericana dos Direitos Humanos em 1998, através do Decreto Legislativo 89. Assim sendo, desde 1998 o Brasil está inteiramente integrado ao sistema interamericano, podendo ser acionado e condenado por ele, caso transgrida os deveres previstos na Convenção Americana.⁹ Visando assegurar a proteção dos direitos proclamados na Convenção, dois órgãos foram criados com competência para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos nela assumidos pelos Estados – Partes da OEA (Organização dos Estados Americanos). São eles a Comissão Interamericana de Direitos Humanos- Comissão ou CIDH - e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (art.33, dec. nº 678, de 6/11/92).

3. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

3.1. Organização

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) é um órgão autônomo pertencente a Organização dos Estados Americanos (OEA), representando todos os seus países membros, tendo sua sede em Washington (art.35, do dec. nº 678, de 6/11/92). Foi criada em 1959, através da Resolução VIII do 5º Encontro de Consulta de Ministros de Relações Exteriores realizado em Santiago, no Chile. Assim, originou-se de resolução e não de tratado. A partir da entrada em vigor do Primeiro Protocolo de Reformas da Carta da OEA, feito no ano de 1967 em Buenos Aires, e em vigor no ano de 1970, a Comissão passou a ser um dos principais órgãos da OEA. Atualmente é regida pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinada em 1969 e

⁹ GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Comentários à convenção americana sobre direitos humanos: Pacto de San José da Costa Rica**. 2009. p.7

vigente desde 1978. Ao lado da Corte Interamericana de Direitos Humanos forma o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos (SIPDH). Sua incumbência aparece com a Carta da OEA e com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e seu principal objetivo é promover a observância e proteção dos Direitos Humanos, além de servir como instância consultiva da Organização nesta matéria.

A Comissão é composta de sete membros, que sempre deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos (art.34, dec. nº 678, de 6/11/92). Estes membros serão eleitos a título pessoal, pela Assembléia Geral da Organização, com mandatos por quatro anos e só podendo ser reeleitos uma vez, não representando nenhum país em particular (art.36 e 37, do dec. nº 678, de 6/11/92). Não pode fazer parte da Comissão mais de um nacional de um mesmo país (art. 37, do dec. nº 678, de 6/11/92).

As reuniões da Comissão acontecem várias vezes ao ano, nos Períodos Ordinários e Extraordinários de sessões, de conformidade com seu regulamento¹⁰. Os períodos de sessões ordinárias devem pelo menos duas vezes ao ano, no tempo determinado previamente. Já os períodos de sessões extraordinárias, podem ser acontecer quantas vezes a Comissão considerar necessário. Antes do término do período de sessões, a Comissão definirá a data e o lugar do período de sessões seguintes. De regra, as sessões são realizadas na sede da Comissão (Washington). Entretanto, a Comissão, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, pode reunir-se em outro lugar, com a anuência ou a convite do respectivo Estado. Todo período compor-se-á das sessões que sejam imprescindíveis para o desenvolvimento de suas atividades. A princípio, as sessões serão privadas, a menos que a Comissão determine o contrário.¹¹ É um importante espaço para reclamações de violações, em especial por se tratar de uma esfera de jurisdição supra-nacional, o que no Brasil seria uma instância superior ao Supremo Tribunal Federal.

3.2 Funções

¹⁰ Art.16§3, do Estatuto da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

¹¹ Art.14 do Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos apresenta como função basilar promover a observância e a defesa dos direitos humanos no território de todos os países da OEA, mesmo que não participem da Convenção (art. 41, do dec. nº 678, de 6/11/92). Destarte, até mesmo os Estados que não ratificaram a Convenção Americana sobre Direitos Humanos podem ser supervisionados e penalizados internacionalmente pela Comissão por violações aos direitos humanos previstos na Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem. O Brasil, *v.g.*, foi responsabilizado em 1985 (antes de ratificar a Convenção Americana) por violar direitos estabelecidos na Declaração Americana em relação a comunidade indígena Yanomami.¹² Atualmente, esta é a circunstância dos Estados Unidos e Canadá, países que não ratificaram a Convenção. No entanto, com já dito, somente os 25 Estados que ratificaram a Convenção Americana de Direitos Humanos estão legalmente compromissados a observar e respeitar os direitos nela estabelecidos.

No exercício de seu mandato, tem as seguintes funções e atribuições estabelecidas no próprio tratado:

a) Receber, analisar e investigar petições individuais que alegam violações dos direitos humanos, segundo o disposto nos artigos 44 a 51 da Convenção;

b) Observar o cumprimento geral dos direitos humanos nos Estados membros, e quando o considera conveniente, publicar as informações especiais sobre a situação em um estado específico;

c) Realizar visitas *in loco* aos países para aprofundar a observação geral da situação, e/ou para investigar uma situação particular. Geralmente, essas visitas resultam na preparação de um relatório respectivo, que é publicado e enviado à Assembléia Geral.

d) Estimular a consciência dos direitos humanos nos países da América. Além disso, realizar e publicar estudos sobre temas específicos como, por exemplo, sobre: medidas para assegurar maior independência do poder

¹² O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro/Coordenação Luiz Flavio Gomes, Flavia Piovesan. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p.62.

judiciário; atividades de grupos armados irregulares; a situação dos direitos humanos dos menores, das mulheres e dos povos indígenas.

e) Realizar e participar de conferencias e reuniões com diversos tipos de representantes de governo, universitários, organizações não governamentais para difundir e analisar temas relacionados com o sistema interamericano de direitos humanos.

f) Fazer recomendações aos Estados membros da OEA acerca da adoção de medidas para contribuir com a promoção e garantia dos direitos humanos.

g) Requerer aos Estados membros que adotem “medidas cautelares” específicas para evitar danos graves e irreparáveis aos direitos humanos em casos urgentes. Pode também solicitar que a Corte Interamericana requeira “medidas provisionais” dos Governos em casos urgentes de grave perigo às pessoas, ainda que o caso não tenha sido submetido à Corte.

h) Remeter os casos à jurisdição da Corte Interamericana e atuar frente à Corte em determinados litígios.

i) Solicitar “Opiniões Consultivas” à Corte Interamericana sobre aspectos de interpretação da Convenção Americana.¹³

A Comissão exerce sua função de proteção aos Direitos Humanos ao receber, analisar e investigar petições individuais que alegam violações do mesmo (letra a). Esse é a primeira participação da Comissão em algum caso. Posteriormente, caso entenda que houve violação aos direitos humanos remeterá os casos à jurisdição da Corte Interamericana e atuará frente à Corte em determinados litígios (letra h).A realização de diversas visitas *in loco* (letra b, c) aos países para observações gerais e investigação de uma situação particular, culminando geração vários relatórios assentam a Comissão como um dos órgãos de supervisão internacional que mais tem feito uso de missões *in loco*.¹⁴

¹³ Quais são as funções e atribuições da CIDH?.Disponível em: - <http://www.cidh.org/comissao.htm>-. Consultado em: 27 de Janeiro de 2010

¹⁴TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. 1. ed. Porto Alegre: Fabris, 2003. 3 v, p.38

Como já dito (letras d, e) a Comissão busca estimular a consciência dos direitos humanos nos países da América. Com a intenção de alcançar uma maior valorização dos direitos humanos nos povos das Américas, a Comissão prepara palestras, congressos, cursos, conferências e simpósios dedicados a estimular, nos Estados e em seus cidadãos, que o alvo principal da sociedade internacional é um despertar para a proteção dos direitos humanos.¹⁵ Um belo exemplo dessa afirmativa é a Competição de Julgamento Simulado do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. É uma competição única e trilingüe (inglês, espanhol e português), criada para treinar estudantes de direito, ensinando como utilizar o sistema legal interamericano como um fórum legítimo para a reparação de violações de direitos humanos.¹⁶ Algumas escolas de direito do Brasil tomam parte na competição, entre as quais a Toledo de Presidente Prudente.

As recomendações aos Estados membros da OEA acerca da adoção de medidas para contribuir com a promoção e garantia dos direitos humanos e o requerimento aos Estados membros para que adotem “medidas cautelares” específicas para evitar danos graves e irreparáveis aos direitos humanos em casos urgentes (letra f, g) são de grande importância, pois influenciam para a modificação ou derrogação de dispositivos legais que se opõem a proteção dos direitos humanos. Diversamente dos demais órgãos da OEA, a Comissão possui direito irrestrito de solicitar “Opiniões Consultivas” à Corte Interamericana sobre aspectos de interpretação da Convenção Americana (letra i).

¹⁵ Neste sentido, explica Mazzuoli (2009, p.233) que “Para tanto, é papel da Comissão organizar cursos, seminários, simpósios, e conferências destinadas a estimular, nos Estados e em seus cidadãos, a consciência de que a proteção dos direitos humanos é a meta fundamental da sociedade internacional.”

¹⁶ Ver mais em: http://www.wcl.american.edu/hracademy/mcourt/description_pt.cfm. Consultado em: 27 de Janeiro de 2010.

3.3 Competência e Processo

Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidades não governamentais legalmente reconhecidas em um ou mais Estados-membros da Organização dos Estados Americanos, pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação do Pacto de São José da Costa Rica, por um Estado – parte (art. 44, dec. nº 678, de 6/11/92).

Ao contrário da Corte Européia que faculta às pessoas violadas nos seus direitos a busca diretamente perante a Corte, a Convenção estabelece, de regra, a Comissão como o caminho para que um indivíduo ou grupo de indivíduos possam acionar a Corte Interamericana em busca da proteção de seus direitos. Não há a exigência do indivíduo ser nacional do Estado- parte que violou seus direitos. A petição pode ser feita em favor de um terceiro, por exemplo, no caso de alguém estar preso e impedido de formulá-la pessoalmente ou de não desejar que as autoridades que o prenderam se inteirem da sua reclamação.¹⁷

Cabe ressaltar que as organizações não governamentais (ONGs) de direitos humanos podem apresentar denuncia à Comissão sem que seja necessária a autorização expressa da vítima ou seus familiares, bastando somente que sejam legalmente reconhecidas em um ou mais Estados-membros da OEA. Não há a exigência de a organização estar sediada no Estado- parte por ela acusada. As petições devem ser enviadas via postal à: COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1889 F STREET, N.W, WASHINGTON, D.C. 20006 – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. A petição também pode ser enviada por fax ao número: (202) 458 –3992. Outro meio de enviar a petição é através da internet através no site da Comissão (www.cidh.oas.org/comissao.htm).

Além da Comissão os Estados – partes da Convenção também podem denunciar. Caso um Estado - parte queira denunciar à Comissão outro Estado - parte é necessário que este reconheça a competência da Comissão

¹⁷ Ver: <http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dh/mundo/oea/cartilhas/oea1/index.html>.
Acessado em: 05 de abril de 2010.

para o recebimento e exame das comunicações de violações dos direitos humanos de sua parte. Essa declaração pode ser feita no momento do depósito do seu instrumento de ratificação à Convenção, ou de adesão a ela, ou em qualquer momento posterior. Sem a realização da declaração pelo Estado – parte, a Comissão não admitirá nenhuma comunicação contra ele. As declarações referentes ao reconhecimento de competência podem ser feitas para que esta vigore por tempo indefinido, por período determinado ou para casos específicos (art.45 do dec. nº 678, de 6/11/92).

A petição ou comunicação de uma violação dos direitos estabelecidos na Convenção (apresentada de acordo com os artigos 44 ou 45) somente será admitida pela Comissão, se estiver de acordo com os requisitos do art.46.1 da Convenção. Assim, para que uma petição ou comunicação seja admitida pela Comissão é, de regra, indispensável que tenham sido interpostos e esgotados os recursos da jurisdição interna, de acordo com os princípios de Direito Internacional geralmente reconhecidos. O esgotamento de recursos, contudo, não é um requisito rígido devendo, nos termos do art.31.2 do Regulamento da Comissão, não ser exigido quando: “a) não exista na legislação interna do Estado de que se trate o devido processo legal para a proteção do direito ou dos direitos que se alegue tenham sido violados; b) não se tenha permitido ao suposto lesado em seus direitos o acesso aos recursos da jurisdição interna, ou haja ele sido impedido de esgotá-los; c) haja atraso injustificado na decisão sobre os mencionados recursos.” Também se não puder recorrer à justiça por falta de meios econômicos ou por medo comum a sua comunidade não precisará de esgotamento dos recursos. Se o peticionário afirmar que não é possível comprovar este requisito, ao Estado acusado competirá demonstrar que os recursos internos não foram previamente esgotados, salvo possa se concluir isso visivelmente do recurso.

O segundo requisito, de regra, indispensável é apresentação da petição dentro do prazo de seis meses, a partir da data em que o presumido prejudicado em seus direitos tenha sido notificado da decisão definitiva, ou seja, do esgotamento dos recursos da jurisdição interna. Entretanto, caso se trate de uma das hipóteses que não exigem o esgotamento dos recursos internos, a vítima não terá que respeitar este prazo, devendo apresentar a

petição dentro de um prazo plausível. Não se aplica este requisito nas mesmas hipóteses do anterior (art.46.2 da Convenção).

Outro requisito para que a petição seja aceita pela Comissão é que a matéria da petição ou comunicação não esteja pendente de outro processo de solução internacional. Assim sendo, é vedado a litispendência ou coisa julgada internacionais. É exigido também que, quando se tratar das pessoas mencionadas no artigo 44, a petição deverá conter o nome, a nacionalidade, a profissão, o domicílio e a assinatura da do(s) denunciante(s) ou do representante(s) legal (is) da entidade que submeter a petição. A petição deve conter ainda uma relação do fato ou situação denunciada, com especificação do lugar e data das violações alegadas, e se possível, o nome da vítima, bem como qualquer autoridade pública que tenha tomado conhecimento do fato ou situação denunciada.¹⁸

A petição apresentada conforme os art.44 ou 45 da Convenção será declarada inadmissível pela Comissão quando não preencherem os requisitos estabelecidos no artigo 46; não divulgarem os fatos que caracterizem violação dos direitos garantidos pela Convenção; pela exposição do próprio peticionário ou do Estado, a petição ou comunicação for visivelmente infundada ou for manifesta sua total improcedência; ou for substancialmente reprodução de petição ou comunicação anterior, já examinada pela Comissão ou por outro organismo internacional (art.47 do dec. nº 678, de 6/11/92).

Ao receber a petição a Comissão reconhecerá ou não sua admissibilidade. Se reconhecida a admissibilidade solicitará informações ao Estado acusado das violações, transcrevendo as partes relacionadas da petição ou comunicação (art.48, 1, a, Convenção). Antes de propor ação na Corte, caso haja uma informação ou prova superveniente que demonstre a inaptidão da petição ou comunicação, poderá a Comissão declarar sua inadmissibilidade ou improcedência (art.48, 1, c, Convenção). Caso o expediente não seja arquivado, e visando comprovar os fatos, a Comissão procederá, com conhecimento das partes, a um exame do assunto exposto na petição ou comunicação. Se for indispensável e adequado, “a Comissão procederá a uma investigação para cuja eficaz realização solicitará, e os

¹⁸ Art.28 do Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Estados interessados lhe proporcionarão todas as facilidades necessárias” (art.48, 1, d, Convenção).

Posteriormente a decisão de admissibilidade da petição, as partes (vitima e Estado) têm a oportunidade de conciliação. A Comissão se colocará a disposição das partes interessadas, buscando obter uma solução amigável, fundada no respeito aos direitos estabelecidos na Convenção (art.48, 1, f). Essa etapa conciliatória representa um benefício para a vítima que terá a oportunidade de uma decisão mais rápida e eficaz intermediada e fiscalizada por um órgão autônomo e respeitado. A solução amistosa também é benéfica para os Estados, que podem evitar serem repreendidos ou condenados internacionalmente por violações aos direitos humanos. Entretanto, devido à posição desrespeitosa aos direitos humanos por parte de alguns Estados, não é tão fácil acontecer uma solução amistosa.¹⁹ Havendo solução amistosa, a Comissão redigirá um relatório, contendo uma breve exposição dos fatos e da solução alcançada, que será encaminhado ao peticionário e aos Estados – partes na Convenção e posteriormente transmitido, para sua publicação, ao Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (art.49). Caso, entretanto, não ocorra a solução amistosa, e dentro do prazo que for fixado pelo Estatuto da Comissão, esta redigirá um relatório o qual exporá os fatos e suas conclusões. Ao encaminhar o relatório, a Comissão pode formular as proposições e recomendações que julgar adequadas objetivando uma ação por parte do Estado acusado (art.50.1).²⁰

Se no prazo de três meses, a partir da remessa aos Estados interessados do relatório da Comissão (primeiro relatório), o assunto não houver sido solucionado ou submetido à decisão da Corte pela Comissão ou pelo Estado interessado, aceitando sua competência, a Comissão poderá emitir (segundo relatório), pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, sua opinião e conclusões sobre a questão submetida à sua consideração (art.51.1).

¹⁹ Uma petição apresentada pelo CEJIL e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em face do Estado Brasileiro, no ano de 1994 resultou no primeiro caso de solução amistosa no Brasil. O caso conhecido como “Caso José Pereira” teve acordo em 2003, constituindo um marco para a proteção dos direitos humanos no Brasil, que avocou, pela primeira vez, a responsabilidade por atos cometidos por particulares. O Estado Brasileiro comprometeu-se a investigar os fatos, julgar e punir os responsáveis, além de pagar às devidas indenizações as vítimas.

²⁰ Mazzuoli (2009, p.254) elucida: “O prazo estabelecido pela Convenção (art.51,1) para que o Estado cumpra as recomendações elaboradas pela Comissão no relatório é de 3 (três) meses.”

Destarte, se um Estado não obedecer às conclusões formuladas pela Comissão no primeiro relatório (não houver solucionado o caso), e o assunto não houver submetido à decisão da Corte, a Comissão terá duas opções: a) acioná-lo perante a Corte Interamericana, desde que o Estado participe da Convenção e tenha admitido a jurisdição obrigatória da Corte; ou b) emitir um segundo relatório definitivo (ou informe) contendo sua opinião e conclusões sobre a questão submetida à sua consideração. Nesse segundo relatório, como o caso ainda não foi levado a Corte, “a Comissão fará as recomendações pertinentes e fixará um prazo dentro do qual o Estado deve tomar as medidas que lhe competir para remediar a situação examinada” (art.51.2). Esse relatório é definitivo. De regra, a Comissão não pode modificá-lo. Decorrido o prazo, a Comissão decidirá, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, se o Estado tomou ou não as medidas adequadas e se publica ou não seu relatório no Relatório Anual da Comissão (art.51.3).

Quando houver situações de gravidade e urgência a Comissão poderá, por iniciativa própria ou a pedido da parte, solicitar que um Estado tome medidas cautelares para prevenir danos irreparáveis às pessoas ou ao objeto do processo relativo a uma petição ou caso pendente (Art. 25.1).As medidas cautelares ainda cabem para evitar danos irreparáveis a pessoas que se encontrem sob sua jurisdição, independentemente de qualquer petição ou caso pendente (Art. 25.2).Essas medidas poderão ser de natureza coletiva visando prevenir um dano irreparável às pessoas em virtude do seu vínculo com uma organização, grupo ou comunidade de pessoas determinadas or determináveis.

Nos termos do art. 57 da Convenção “a Comissão comparecerá em todos os casos perante a Corte”. Esse comparecimento deve acontecer quando ela mesma tiver apresentado a ação (para a proteção de vítima ou seus familiares), bem como quando a ação tiver sido proposta por um Estado - parte da Convenção contra outro Estado - parte. Assim, é visível a função da Comissão de órgão auxiliar da Justiça, assemelhando-se a um Ministério Público do sistema interamericano de proteção aos direitos humanos.

4. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

4.1. Organização

A Corte Interamericana de Direitos Humanos é um órgão judicial autônomo que possui sede na cidade de San José, na Costa Rica. Foi criada pelo Pacto de San José da Costa Rica para aplicar e interpretar a Convenção Americana de Direitos Humanos e outros tratados de Direitos Humanos. Juntamente com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos forma o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos (SIPDH).

A Corte é composta por sete juízes, nacionais dos Estados – Membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), eleitos a título pessoal entre juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, que reúnam as condições requeridas para o exercício das mais elevadas funções judiciais, de acordo com a lei do Estado do qual sejam nacionais, ou do Estado que os propuser como candidatos. Não deve haver dois juízes da mesma nacionalidade (art.52, do dec. nº 678, de 6/11/92). Os juízes que compõe a Corte serão eleitos em votação secreta, pelo voto da maioria absoluta dos Estados - Membros na Convenção, na Assembléia Geral da Organização, a partir de uma lista de candidatos propostos pelos mesmos Estados (art.53, dec. nº 678, de 6/11/92). Eles terão mandato de seis anos e só poderão ser reeleitos uma vez. O mandato de três dos juízes designados na primeira eleição expirará ao cabo de três anos. Imediatamente depois da referida eleição, determinar-se-ão por sorteio, na Assembléia Geral, os nomes desses três juízes. Caso ocorra a extinção do mandato por alguma hipótese anormal, como morte, renúncia incapacidade permanente, ou remoção dos juízes, as vagas serão ocupadas por outro juiz eleito para substituir o que perdeu o mandato, completando o período deste (art.54, do dec. nº 678, de 6/11/92). O quorum para as deliberações da Corte é constituído por cinco juízes (art.56, do dec. nº 678, de

6/11/92). As decisões da Corte serão tomadas pela maioria dos juízes presentes. Em caso de empate, o Presidente terá o voto de qualidade.²¹

Nada obsta a atuação de um juiz em julgamento do qual ele é nacional de algum dos Estados - partes no conflito. Esclarece o art.55 da Convenção que o juiz, que for nacional de algum dos Estados - partes em caso submetido à Corte, conservará o seu direito de conhecer mesmo. Quando ocorrer esta situação, qual seja, um dos juízes chamados a conhecer do caso for de nacionalidade de um dos Estados – partes no caso, outro Estado-parte no mesmo caso poderá designar uma pessoa de sua escolha para integrar a Corte, na qualidade de juiz ad hoc. É indispensável, contudo, que o juiz ad hoc reúna as mesmas condições de elegibilidade de um juiz da Corte.²² Se, dentre os juízes chamados a conhecer do caso, nenhum for da nacionalidade dos Estados - partes, cada um destes poderá designar um juiz ad hoc. Se vários Estados -partes na Convenção tiverem o mesmo interesse no caso, serão considerados como uma só parte, para os fins das disposições anteriores. Em caso de dúvida, a Corte decidirá.²³ Uma questão polêmica relacionada à Corte encontra-se na faculdade de um país fazer parte da OEA e não da Convenção poder ter membros na Corte. Os Estados Unidos, por exemplo, não participam do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, pois até o momento não ratificaram o Pacto de San José da Costa Rica. No entanto, os norte-americanos podem ser juízes, haja vista os Estado Unidos participarem da OEA. Faz-se necessário somente que um Estado proponha como candidato um norte-americano e que este conquiste os votos da maioria absoluta dos Estados - Membros na Convenção. Essa ausência norte-americana prejudica um pouco a força da Corte que não pode contar com o apoio da maior potencia do mundo.

A Corte poderá realizar reuniões no território de qualquer Estado-membro da Organização dos Estados Americanos em que considerar conveniente, desde que haja anuência da maioria dos seus membros e o prévio aceite do Estado respectivo. A sede da Corte poderá ser alterada caso os Estados - partes, na Assembléia Geral, assim o decidam por dois terços dos

²¹ Art.23. *Quorum*, do Estatuto da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

²² Ou seja, reunir os requisitos indicados no artigo 52 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos

²³ Art.10.3. Juízes *Ad hoc*, do Estatuto da Corte Interamericana de Direitos Humanos

seus votos. A Corte designará um Secretário. Este tem a obrigação de residir na sede da Corte e assistir às reuniões que ela realizar. A Secretaria será por esta estabelecida e funcionará sob a direção do Secretário Geral da Organização em tudo o que não for incompatível com a independência da Corte. Seus funcionários serão nomeados pelo Secretário Geral da Organização, em consulta com o Secretário da Corte (art.58, dec. nº 678, de 6/11/92).

O Brasil já foi alvo de algumas condenações nos processos promovidos na Corte. Em dezembro de 2000 foram apresentadas duas ações contra o Brasil por descumprir recomendações em dois casos²⁴, um relacionado com escutas telefônicas ilegais (conhecido como Caso Escher²⁵) e o outro com um homicídio que ficou impune. Há também o caso Damião Ximenes Lopes, que resultou na primeira condenação internacional do Brasil²⁶. Não podemos deixar de mencionar o Caso Maria da Penha, instaurado em agosto de 1988, onde ficou visível o atraso da justiça brasileira em julgar a tentativa de homicídio contra Maria da Penha por seu ex-esposo. Tendo decorrido mais de 15 anos sem que a justiça desse uma sentença definitiva. Dentre as medidas solicitadas pela Comissão ao Brasil, estava a de que concluísse ligeiramente o processamento penal da tentativa de homicídio, investigasse irregularidades do processo ou irregularidades que levaram à demora injustificada, e indenizasse a vítima. Como resposta oportuna, em 7 de agosto de 2006, é sancionada a lei federal "Maria da Penha" garantindo o direito a proteção das mulheres contra a violência.²⁷ Assim, crimes antes

²⁴ Ver mais em: CIDH processa Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2008/01/04/cidh_processa_brasil_na_corte_interamerica_na_de_direitos_humanos_1139856.html. 04 de Janeiro de 2001. Acesso em: 26 de Janeiro de 2010.

²⁵ Ver mais em: GOMES, Luiz Flávio. Brasil é condenado novamente pela CIDH: Caso Escher (Violação à privacidade) (PARTE II). Disponível em <http://www.lfg.com.br> – 26 de agosto de 2009. Consultado em: 26 de Janeiro de 2010.

²⁶ O caso de Damião Ximenes Lopes (caso nº 12.237), julgado pela Corte em outubro de 2002 revelou que Damião sofreu maus tratos e tortura que o levaram à morte dentro de uma clínica psiquiátrica conveniada ao SUS onde estava internado para tratamento. Acrescenta-se a isso a lentidão da Justiça para dar a sentença nos processos civil e criminal. Ver mais em: MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Condenação Internacional do Brasil por violação de direitos humanos e cumprimento de sentença sponte sua. Disponível em: <http://www.lfg.com.br> 17 agosto. 2007. Consultado em: 26 de Janeiro de 2010.

²⁷ Ver mais em: Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/1/sisint.htm>. Acessado em 26 de Fevereiro de 2010

apenados com multas ou doação de cestas-básicas passaram a ter penas mais rigorosas.

4.2 Funções e Competência

Os idiomas oficiais da Corte são os mesmos adotados pela OEA, ou seja, o espanhol, português, inglês e o francês. Os idiomas de trabalho serão os que a Corte escolha a cada ano. No entanto, para um caso especial, facultase aceitar também como idioma de trabalho o de uma das partes, sempre que seja língua oficial.²⁸

A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem competência consultiva e contenciosa. O art. 2 do Estatuto da Corte Interamericana de Direitos Humanos declara que a Corte exerce função jurisdicional e consultiva. Sua função jurisdicional é regida pelas disposições dos artigos 61, 62, e 63 da Convenção. E sua função consultiva se rege pelas disposições do artigo 64 da Convenção. Segundo Thomas Buergenthal, citado por Piovesan (2000, p.220):

“A Convenção Americana investe a corte Interamericana em duas atribuições distintas. Uma envolve o poder de adjudicar disputas relativas à denuncia de que um Estado – parte violou a Convenção. Ao realizar tal atribuição, a Corte exerce a chamada jurisdição contenciosa. A outra atribuição da Corte é a de interpretar a Convenção Americana e determinados tratados de direitos humanos, em procedimentos que não envolvem a adjudicação para fins específicos. Esta é a jurisdição consultiva da Corte Interamericana.”

Tratando da competência contenciosa, o art.61 da Convenção estabelece que somente os Estados - partes e a Comissão Interamericana têm direito de submeter um caso à decisão da Corte. Não há deste modo, a possibilidade de um particular ou uma instituição privada ingressar diretamente na Corte. Situação diferente ocorre no sistema europeu, no qual, após as reformas pelos Protocolos 9 e 11; a Corte Européia faculta às pessoas violadas nos seus direitos, a capacidade processual para buscá-los.

Para que a Corte possa conhecer de qualquer caso, é necessário, de regra, que sejam esgotados os processos previstos nos artigos 48 **usque** 50 da Convenção. Não é permitido ao Estado renunciar a estes com o intuito de

²⁸ Art.20 do Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos

autorizar imediatamente a intervenção da Corte para sopesar determinado caso.

De acordo com o art. 62.1 da Convenção, a competência da Corte em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação desta Convenção Americana depende de aceite expresso por parte dos Estados – partes da Convenção.²⁹ Assim, a Corte tem competência para conhecer de qualquer caso, desde que os Estados - partes no caso tenham reconhecido ou reconheçam a referida competência, seja por declaração especial, seja por convenção especial. A declaração pode ser feita incondicionalmente, ou sob condição de reciprocidade, por prazo determinado ou para casos específicos. Entretanto, caso seja acolhida a competência contenciosa da Corte, o Estado estará obrigado a respeitar suas decisões, não sendo mais possível se retratar. Caso não queira mais aceitar a jurisdição contenciosa da Corte, o Estado obrigatoriamente terá que denunciar toda a Convenção.³⁰

Atualmente, dos 25 Estados ratificaram a Convenção, somente 21 reconhecem a jurisdição da Corte Interamericana. Estes países podem ser acionados em casos apresentados pela Comissão perante a Corte. São eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Assim, somente Dominica, Grenada, Barbados, Jamaica não reconhecem a competência da Corte, mesmo tendo ratificado o Pacto de San José da Costa Rica. Cabe lembrar que o Estado de Trinidad e Tobago ratificou a Convenção, mas depois a denunciou. Tendo a Corte competência somente para violações anteriores aos efeitos da denúncia.

²⁹ Sobre o assunto, Mazzuoli (2009, p. 290) completa “O art. 62, 1, da Convenção trata da chamada cláusula facultativa da jurisdição obrigatória, que permite que o Estado – parte manifeste se aceita ou não a competência da Corte Interamericana em todos os casos relativos às soluções de controvérsias que se apresentem sobre interpretação ou aplicação da Convenção.”

³⁰ Neste contexto, Jayme (2005, p.92) elucida que “nos termos do art.44 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, o direito de uma parte de denunciar o tratado ou dele retirar-se deve ser sobre sua totalidade, não podendo exercer-se parcialmente, se não houver norma expressa neste sentido. O Estado, mesmo quando denuncia a Convenção, mantém-se vinculado a ela, por força do art.78.2, que estipula o prazo de um ano de carência, para que a retirada os efeitos jurídicos pretendidos. Desta maneira, neste período, a jurisdição da Corte é plena. Além disso, como os efeitos da retirada de um Estado são *ex nunc*, isto é, não retroagem, os casos ocorridos antes do prazo de carência da denúncia continuam sob a jurisdição da Corte.”

Quando a Corte decidir que existiu violação de um direito ou liberdade protegido na Convenção, determinará que se assegure ao prejudicado o gozo do seu direito ou liberdade violada. Determinará ainda, se isso for procedente, que sejam reparadas as conseqüências da medida ou situação que haja configurado a violação desses direitos, bem como o pagamento de indenização justa à parte lesada (art.63, dec. nº 678, de 6/11/92).

Ao iniciar o procedimento contencioso, seja através da Comissão ou de um dos Estados - partes, a Comissão Interamericana comparecerá em todos os casos perante a Corte (art.57, dec. nº 678, de 6/11/92). Assim, como já mencionado, a Comissão funciona como uma espécie de Ministério Público do sistema interamericano de proteção aos direitos humanos.

O exercício da competência contenciosa da Corte culmina com a emissão de uma sentença, que deve ser fundamentada (art. 66.1, dec. nº 678, de 6/11/92). Estas devem ser claras, sem omissões ou ambigüidades. No entanto, em caso de divergência sobre o sentido ou alcance da sentença, a própria Corte interpretá-la-á, a pedido de qualquer das partes, desde que o pedido seja apresentado dentro de noventa dias a partir da data da notificação da sentença (art. 67, dec. nº 678, de 6/11/92). Se a sentença não expressar no todo ou em parte a opinião unânime dos juízes, qualquer deles terá direito a que se agregue à sentença o seu voto dissidente ou individual. (art. 66.2, dec. nº 678, de 6/11/92). A sentença proferida pela Corte é definitiva e inapelável. Com relação a sua definitividade, percebe-se que a sentença proferida pela Corte é imutável, ou seja, irrevogável. Assim sendo, se proferida a sentença o tribunal não pode mais retratar-se da decisão³¹. No que diz respeito a sua inapelabilidade, extrai-se que é inadmissível qualquer forma de recurso, seja perante a própria Corte ou perante outra instância supranacional. Destas características, decorre o entendimento que a partir da publicação, a decisão da Corte faz coisa julgada formal e material.³²

³¹ Nesse sentido, Mazzuoli (2009, p.312) ensina que: “Em outras palavras, uma vez proferida uma determinada sentença o tribunal não mais pode voltar atrás na sua decisão, reformando-a ou modificando-a de qualquer maneira. Trata-se do princípio da irretratabilidade das sentenças no sistema interamericano de direitos humanos.”

³² JAYME, Fernando G. Direitos humanos e sua efetivação pela corte interamericana de direitos humanos. 2005.p.95

Os Estados - partes na Convenção assumiram o compromisso de cumprir espontaneamente a decisão da Corte em todo caso em que forem partes (art.68, dec. nº 678, de 6/11/92). Destarte, as sentenças proferidas pela Corte têm aplicabilidade imediata no ordenamento jurídico do Estado condenado, tendo este o dever cumpri-la.Excepcionalmente ao cumprimento imediato da sentença, faculta o art.68.2 da Convenção que a parte da sentença que determinar indenização compensatória poderá ser executada no país respectivo pelo processo interno vigente para a execução de sentenças contra o Estado. Assim sendo,quando a sentença não for cumprida espontaneamente se tratar de condenação a pagar indenização, será executada como sentença nacional contra a Fazenda, independentemente de homologação.

Ao pronunciar uma sentença, a Corte deve fazer sua notificação, primeiramente, às partes no caso (vítima e Estado processado) e posteriormente transmiti-la aos Estados - partes na Convenção (art.69, dec. nº 678, de 6/11/92). Caso haja condenação ao Estado, após receber a notificação da condenação, ele deve procurar dar cumprimento imediato à sentença. Se assim não o fizer, estará sujeito a nova responsabilização internacional perante a Corte.

A competência consultiva da Corte como já dito, é a função interpretativa da Corte. Assim, os Estados-membros da Organização dos Estados Americanos podem consultar a Corte sobre a interpretação da Convenção ou de outros tratados concernentes à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos. Também poderão consultá-la, no que lhes compete, os órgãos enumerados no capítulo X da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires.³³ Através do pedido de um Estado-membro da Organização, a Corte poderá emitir pareceres sobre a compatibilidade entre qualquer de suas leis internas³⁴ e os mencionados instrumentos internacionais (art.64, dec. nº 678, de 6/11/92).

³³ São órgãos da OEA: a) Da Assembléia Geral; b) Da Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores; c) Dos Conselhos; d) Da Comissão Jurídica Interamericana; e) Da Comissão Interamericana de Direitos Humanos; f) Da Secretaria - Geral; g) Das Conferências Especializadas; e h) Dos Organismos Especializados.

³⁴ O art.2º ensina que, caso o exercício dos direitos e liberdades mencionados na Convenção ainda não estiver garantido por disposições legislativas ou de outra natureza dos Estados – Partes, estes se comprometem a adotar, de acordo com as suas normas constitucionais e com as disposições da Convenção, as medidas legislativas ou de outra natureza que forem imprescindíveis para concretizar tais direitos e liberdades.

Diante do exposto, a Corte Interamericana é considerada a Corte de maior magnitude com relação à função consultiva. Toda esta amplitude dada a Corte difere dos demais tribunais internacionais. O artigo 96 da Carta das Nações Unidas, *v.g.*, autoriza que somente podem solicitar opinião consultiva a Corte internacional de Justiça a Assembléia Geral, o Conselho de Segurança e, em certas condições, outros órgãos e organismos especializados da Organização; não sendo autorizados os Estados-membros.³⁵

A Corte submeterá à consideração da Assembléia Geral da Organização, em cada período ordinário de sessões, um relatório sobre as suas atividades no ano anterior. De maneira especial, e com as recomendações pertinentes, indicará os casos em que um Estado não tenha dado cumprimento a suas sentenças. (art.65, dec. nº 678, de 6/11/92). Segundo Mazzuoli (2009, p.308) estes relatórios têm duas finalidades. A primeira é dar ciência à OEA das atividades da Corte, haja vista a Corte ser órgão exclusivo da Convenção e não da própria OEA. A segunda é dar publicidade internacional aos atos e manifestações do tribunal, que devem ser conhecidos por toda a sociedade internacional.

Recebida uma solicitude de parecer consultivo, o Secretário enviará cópia deste para todos os Estados membros, à Comissão, ao Conselho Permanente da OEA por intermédio do seu Presidente, ao Secretário Geral da OEA e aos órgãos da mesma a cuja esfera de competência se refira o tema da consulta, se pertinente. O Presidente poderá convidar ou autorizar qualquer pessoa interessada para que apresente sua opinião por escrito sobre os itens submetidos a consulta. Se o pedido referir-se ao a emissão de pareceres sobre a compatibilidade entre qualquer de suas leis internas e os mencionados instrumentos internacionais, poderá fazê-lo mediante consulta prévia com o Agente.³⁶Os pareceres consultivos poderão ser lidos em público e conterão: a) o nome do Presidente e dos demais juízes que as emitirem, do Secretário e do Secretário Adjunto; b) os assuntos submetidos à Corte; c) uma relação dos

³⁵OPINIÃO CONSULTIVA OC N. 1/82, DE 24 DE SETEMBRO DE 1982 "OUTROS TRATADOS" OBJETO DA FUNÇÃO CONSULTIVA DA CORTE (ART. 64 DA CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS) SOLICITADA PELO PERU, PARÁGRAFOS 14-16

³⁶ Art. 63 do Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos

atos do procedimento; d) os fundamentos de direito; e) o parecer da Corte; f) a indicação do texto que faz fé³⁷.

Cabe a todo juiz que tenha participado da emissão de um parecer consultivo o direito de juntar, ao da Corte, seu voto fundamentado, dissidente ou concordante. Estes votos deverão ser apresentados no prazo fixado pelo Presidente para que possam ser conhecidos pelos juízes antes da comunicação do parecer consultivo.³⁸

CONCLUSÃO

Do exposto, infere-se que o Sistema Interamericano de Direitos Humanos é de grande importância para proteção dos direitos fundamentais do homem, funcionando como órgãos fiscalizadores da respeitabilidade por parte dos Estados - parte da OEA em relação aos direitos que eles se obrigaram proteger. Pelas análises feitas fica claro que se trata de uma instância superior, supra-nacional, que pode ser a comissão ou mesmo o tribunal.

O Sistema Interamericano também funciona como órgão de proteção complementar aos direitos humanos nos países da OEA, haja vista ser necessário, de regra, que sejam esgotados os recursos internos. Apesar disso, por não ser órgão de um Estado, pode apreciar e julgar com imparcialidade todas as denúncias contra os próprios membros, que são os principais violadores dos direitos humanos. Essas autoridades que ocupam cargos e funções importantes passam a ter um controle no abuso das violações e degradações. Os Estados continuam com suas competências, mas a busca de Justiça não termina em nível interno.

O presente artigo colabora para o entendimento básico da função e relevância da Comissão e Corte Interamericana, sabendo que o tema cabe mais debate e aprofundamento.

³⁷ Art. 65.2 do Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos

³⁸ Art. 65.3 do Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANNONI, Danielle. **Direitos humanos & acesso à justiça no direito internacional**: responsabilidade internacional do Estado. Curitiba: Juruá, 2003. 199 p. ISBN 85-362-0366-8

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004. 232 p. ISBN 85-7001-710-3

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 12. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2004. 2 v. ISBN 85-230-03308-8

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 6. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. 577 p. ISBN 978-85-02-06961-9

GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Comentários à convenção americana sobre direitos humanos**: Pacto de San José da Costa Rica. 2. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 349 p. (Coleção ciências criminais ; 4) ISBN 978-85-203-3421-8

GOMES, Luiz Flávio et al. **O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. 466 p. ISBN 85-203-1952-1

JAYME, Fernando G. **Direitos humanos e sua efetivação pela corte interamericana de direitos humanos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. 200 p. ISBN 85-7308-709-9

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos humanos & cidadania**: à luz do novo direito internacional. Campinas: Minelli, 2002. 167 p. ISBN 8588884062

PIOVESAN, Flavia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 4. ed. São Paulo: Max Limonad, 2000. 458 p.

STEINER, Sylvia Helena de Figueiredo. **A convenção americana**: sobre direitos humanos e sua integração ao processo penal brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. 142 p ISBN 852031967X

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. 1. ed. Porto Alegre: Fabris, 1997-2003. 3 v
http://www.oas.org/pt/estados_membros/default.asp. Acesso em: 05/04/10

<http://www.cidh.org/comissao.htm>. Acesso em: 28/03/10
<http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dh/mundo/oea/cartilhas/oea1/index.html>
Acesso em: 28/03/10